



Vamos recriar o Ministério Nacional da Segurança Pública. Os governos estaduais não conseguem controlar e combater o crime organizado no Brasil sozinhos, nem poderiam. Fui vice-governadora e atuei muito na pasta de segurança pública do meu estado, que é de fronteira. Grande parte das armas que chega ao Complexo da Maré, à Rocinha, ao Morro do Alemão, passa pelo meu estado, Mato Grosso do Sul. Grande parte das drogas, também. Temos pelo menos cinco eixos, não dá para tratar aqui, mas três, muito rapidamente. Primeiro, uma polícia integrada: Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar fazendo o combate na fronteira brasileira. Temos um grande projeto, que vai sair do papel, chamado Sisfron. Trabalhei muito nessa área. É um projeto que vem desde Fernando Henrique, que é um serviço de inteligência de coordenação com satélites, drones e tudo mais. É relativamente barato, por tudo que vai oferecer. Todo ano entra dinheiro nos governos, o passado e o atual vão lá e cortam o dinheiro, e o projeto não consegue ser definitivamente instalado. Então, com os comandos militares regionalizados ao lado da Polícia Federal, das seguranças públicas dos seus estados e do governo federal, temos condições de cortar o mal pela raiz. Inclui em relação ao crime organizado, que está saindo das nossas metrópoles e indo para a Amazônia. O segundo eixo é ter um olhar diferenciado para o policial. Temos de reciclar, dar todo o suporte para ele. Tem de entender que o papel da polícia é preventivo e repressivo, sim, mas que a polícia prende, não mata. Então, dentro desse processo, é proteger o policial para que ele possa proteger a sociedade no rigor da lei, jamais extrapolar, que é uma outra questão também complicada que precisa ser abordada.

É preciso mudar a legislação?

Temos o Código de Processo Penal que está parado no Congresso, mas engatilhado. Muita coisa tem de ser revista. Até para que a gente possa separar os presos provisórios, os que já têm condenação criminal, não misturar aqueles que roubam com os que, sei lá, furtaram alguma coisa no supermercado, com o crime organizado dentro das penitenciárias. Em relação às mídias é rigor absoluto, tolerância zero. Lugar de bandido é na cadeia. A polícia tem apenas de saber proteger melhor os cidadãos, que a gente não tenha famílias inteiras chorando a morte de seus filhos porque uma bala perdida ou porque um adolescente negro de uma comunidade é vítima da violência no Brasil. Acaabei de assumir um compromisso — estive agora, recentemente, na sede da Polícia Federal — de dar autonomia administrativa para a Polícia Federal ter mandato. Polícia Federal não pode passar pelo que passa hoje. Em quatro anos, o atual presidente da República mudou quatro vezes a Polícia Federal. A polícia precisa ter autonomia, porque ela sabe como fazer.

É uma dificuldade o candidato a vice-governador do Rio pelo seu partido não apoiá-la?

Não. O MDB é o maior partido do Brasil, ninguém tem, nunca teve, nem terá unanimidade. Tenho hoje a unidade do partido. Na convenção, tivemos 97%. Já mostramos a que viemos, né? Deixamos para trás sete pré-candidatos do centro democrático. Ninguém apostava na nossa candidatura. Mas eu sempre disse que não tenho medo de cara feia. Não é possível continuarmos nessa polarização. Hoje, sou candidata à Presidência da República porque entendo que somente uma candidatura da frente democrática é capaz de pacificar o Brasil, unir o país para que o Brasil volte. Essa é uma súplida da população brasileira, que volte a tocar os reais problemas do Brasil, que são fome, miséria, desigualdade social, preço da comida. A população quer emprego. Nossa obsessão é essa: emprego. O Brasil não vai gerar emprego se não crescer, e não vai crescer se não tiver segurança jurídica,

estabilidade. Essa coisa do nós contra eles, essa polarização está levando realmente o Brasil para o abismo.

Com avalia a resistência dentro do MDB?

Não é só o caso do candidato a vice-governador do Rio de Janeiro. Fui a única candidata em que houve judicialização para tentar não ter convenção. Olha o medo. Qual é o medo de uma mulher candidata pelo MDB? Acho o simbolismo muito importante. O MDB é o partido mais democrático do Brasil, é o maior. Então, ter uma mulher, neste momento, para falar o que queremos para vocês, para os nossos filhos, para os nossos companheiros, elevar o debate, para falarmos de propostas e não desse populismo, desse personalismo. Triste Brasil que tem de escolher entre escândalo de corrupção do passado, do mensalão e do petrolão; escândalos de corrupção do presente, na compra de vacina, do orçamento secreto, dos ônibus superfaturados. É menos Lula e Bolsonaro e mais Brasil. Temos 215 milhões de brasileiros. Não podemos ficar personalizando a política em dois candidatos.

É a favor de novas demarcações de terras? Como resolver a questão entre indígenas e ruralistas? Nas redes sociais, tem gente dizendo que há conflito entre sua família e grupos indígenas por causa de terras. Como é essa questão e o que defende para pacificar indígenas e ruralistas?

Defendo a paz no campo, como defendo na cidade. Não é desenvolvimento ou meio ambiente. Como não é agricultura ou meio ambiente. Como não é pecuária ou meio ambiente. É uma coisa e outra. O agronegócio brasileiro é sustentável. Venho do campo, sim, e a minha área nunca teve conflito indígena. Aliás, quando fui vice-governadora, construímos mais de 10 escolas em aldeias indígenas e mais de mil casas populares, e temos a segunda maior população indígena fora da Amazônia Legal. O que defendo é a justiça. Se houver uma área considerada de povos originários, que se dê destino a ela, depois da demarcação. E indenize aquele proprietário que está há 100 anos, 120 anos com o título na mão, desde que a posse seja pacífica, desde que ele tenha, efetivamente, a escritura, tenha comprado uma área que não seja pública — fora da Amazônia Legal, estou falando do resto do Brasil. Indeniza-se o proprietário, ele sai, e os povos originários entram.

Demarcaria, então, novas terras indígenas?

Não sou eu que demarco. Vou estimular que os órgãos cumpram o seu papel. No caso, se você está com um estudo que comprove, não há nenhum problema. Se você perguntar, inclusive, para o agronegócio, ele prefere sair de lá. O que não falta é terra no Brasil para se comprar. Se vai para outro lugar e se produz. O que a gente não pode é demonizar um setor que é tão importante para o Brasil. O único setor que está funcionando no Brasil. É importante dizer que o agronegócio é sustentável e, sim, nós temos bandidos infiltrados, temos pessoas que desmatam de forma ilegal. Temos grileiros de áreas públicas, que vão ocupando os espaços, vendem a madeira, ficam ali. Nesse caso, é tolerância zero.

A senhora estará com embaixadores da União Europeia. Qual é a mensagem que vai levar para eles em um momento em que essa questão ambiental está tão aflorada, especialmente na Europa?

Eles têm três preocupações, e nós vamos tranquilizá-los em relação às três. Primeiro: que nós estamos em uma democracia e não abrimos mão dela. Estamos prontos. Este é um Estado democrático de direito, não só na Constituição, mas de fato. É o que a população quer e exige. Noventa e nove por cento dela está pronta para defender a democracia. Ela é estável, é segura, e ninguém vai tirar do

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Essa não é a pátria do dedo no gatilho. Essa é a pátria que sabe acolher a todos"

povo o direito da liberdade, de ir e vir, de ir às urnas a cada quatro anos, escolher aquele que vai comandar os destinos de sua vida. E temos uma imprensa livre, vamos defendê-la. Segundo: eles querem ter certeza de que teremos um desenvolvimento econômico sustentável. Nosso programa é de desmatamento ilegal zero. Vamos fazer do Brasil um exemplo para um mundo. Diremos que já temos energia renovável. Vamos mostrar isso e mostrar, inclusive, que vamos devolver para o Amazonas os órgãos de fiscalização e controle para proteger a Amazônia. Com isso, vamos fazer dinheiro. O dinheiro que está faltando para fazer obras, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos — gerando, com isso, milhões de empregos diretos e indiretos — vai vir de fora. E quando eles perceberem que estamos prontos para vender crédito de carbono, oxigênio que nós produzimos. Vamos fazer com que o Brasil não só produza duas safras anuais, muitas vezes a soja e o milho, mas temos uma terceira safra, que é floresta em pé, vendendo o que o mundo precisa, que é o oxigênio. Com isso, vamos fazer investimentos em dólar. E o terceiro: eles querem saber como é que fica a questão da política comercial. Vamos mostrar que um dos ministros mais importantes do nosso governo vai ser o das Relações Exteriores. E vai fazer essa ponte com o mundo. Nós, hoje, lamentavelmente, viramos as costas para o mundo. Precisamos cuidar e proteger, em um amplo acordo de cooperação com os irmãos vizinhos do Mercosul, com um olhar especial para o mercado europeu, inclusive fazendo essa ponte do Mercosul com o Mercado Comum Europeu. Temos condições de promover trocas que farão não só com que o Brasil exporte mais, mas também importe. E importe mais barato, diminuindo gradativamente o imposto de importação de determinados produtos, para que cheguem esses produtos mais baratos a quem mais precisa.

O que fará para acabar com o apoio político em troca de favores e cargos públicos?

São duas coisas que precisamos ser pontuadas. Primeiro: se unindo aos bons. Há um equívoco ao se dizer que a maioria do Congresso não é correta, não serve à população. É estando ao lado, não só dos partidos que têm o mesmo propósito que o nosso, e dividindo os espaços, que são duas coisas distintas. É trazendo para o nosso lado, dentro do ministério, as pessoas boas dos partidos que nos apoiam e que estão conosco. Esse é um ponto. O segundo ponto é ser honesto. Se você for honesto, apresentar

boas propostas, tem condições de governar sem o toma lá, dá cá. O toma lá, dá cá começou lá no governo passado, com o mensalão. Era a mesada para comprar consciências. Foi descoberto esse escândalo, e virou petrolão. Quebraram a Petrobras — inclusive, com parte do meu partido, e sempre condenei isso — para poder permanecer no poder. E por quê? Porque, uma vez envolvido em escândalo, o candidato a presidente da República eleito fica refém do Congresso.

Mas é preciso ter a maioria do Congresso, não?

Por isso que eu disse: não só sendo honesto como tendo boas propostas. O primeiro passo: nós vamos ter de dar a “vacina econômica” no braço do Brasil. A vacina econômica se chama reforma tributária. Ela está pronta para votar na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), só não tem vontade política. Simplifica os impostos, dá rapidez para as indústrias, economiza. Inclusive, o setor empresarial vai economizar. Com isso, ele vai ser mais competitivo para o mercado nacional e vai gerar emprego e renda. Isso aquece a economia e diminui imposto do pobre. Esse imposto, de quem é pobre e está no Auxílio Brasil, tem de ser devolvido nesse cartãozinho para esse cidadão. E isso não é ideia minha, não é fantasia nem promessa de candidato. É o que está pronto para ser votado no Senado.

Qual é a sua proposta de governo e política pública de assistência social?

Além da transferência de renda permanente, com o auxílio — mas com condicionantes, como criança vacinada e na escola —, vamos ter assistente social e agente comunitário olhando se não está tendo caso de pedofilia, se não está tendo caso de abuso sexual, se a mulher não está apanhando. E vendo de que forma a gente pode dar autonomia para essa família. A mulher sendo qualificada, entrando no mercado de trabalho, entrando no banco da escola. Além disso, acho que é o maior projeto social que nós podemos fazer nos nossos jovens e para as nossas crianças: garantir educação de qualidade. Não vou sossegar, como professora, enquanto o filho do pobre não tiver a mesma qualidade de ensino do filho do rico. Essa é a única coisa que vai tornar este Brasil verdadeiramente de todos.

Quais são as propostas para a saúde?

Temos dois problemas. A saúde, lamentavelmente, está subfinanciada. A União já mandou dinheiro para os estados e municípios em percentual muito maior do que hoje. Então, o primeiro

passo é repor isso. A União tem de entrar com 50%. Hoje, entra com 40%, 42%. Mas temos uma demanda ainda mais grave. A pandemia nos deixou dois anos com os hospitais só atendendo os casos de covid-19, porque não podia misturar, é claro. Nosso compromisso é zerar as filas em dois anos. Decretar, para efeitos de saúde, uma calamidade. O município e o estado cumpriram exames, consultas e cirurgias atrasadas pela pandemia, e nós vamos depositando dinheiro para, em dois anos, zerar essas filas. E pagando à medida em que eles forem executando os serviços atrasados. Não podemos perder uma vida porque não fez uma mamografia, não fez um exame de próstata, porque sobrou argumento que não tem dinheiro. Dinheiro tem. Ele só está sendo mal aplicado e indo para o desvão da corrupção. E o segundo é, nos quatro anos, melhorar a tabela do SUS. Aumentar em 25% o valor da tabela por ano, para que os hospitais filantrópicos e as Santas Casas possam abrir mais portas para as famílias. Imagine: 25% pobres morrem prematuramente de câncer porque, simplesmente, os hospitais filantrópicos não conseguem atender à demanda, porque não têm dinheiro. Então, temos de tirar de despesas supérfluas e colocar nos hospitais filantrópicos e nas Santas Casas.

Como vai lidar com a violência política que ocorre contra as mulheres?

Lido com isso há 20 anos. Desde o primeiro dia do meu mandato, já sofria violência política, e falo que isso me fortaleceu. Tive o privilégio de ser, dentro desse sete anos, a primeira líder da bancada feminina. A gente mexeu na legislação para punir realmente aquele que comete, nas redes sociais, ou no mundo real, a violência política no Brasil. A quantidade de fake news que a mulher sofre na política é infinitamente maior do que a quantidade de fake news que atinge os homens. E, normalmente, não é só na nossa atividade, é aquilo que estamos fazendo, em relação à nossa família, aos nossos companheiros e aos nossos filhos. Ameaças físicas, inclusive, lamentavelmente, temos um presidente que dá mau exemplo. É um presidente misógino, um presidente que agride as mulheres, que não respeita as mulheres, que estimula esse ambiente de ódio, dando um péssimo exemplo a esta geração.

Qual é a política para as universidades públicas e como tratará a primeira infância?

Nós dobramos os recursos do Fundeb, então, temos dinheiro, e ele está fora do teto. É justamente para isso. Vamos cumprir o Plano Nacional de Educação. Vamos

zerar a fila. Faltam 300 mil vagas para a faixa de 4, 5 anos, que é uma parte da primeira infância. Todos eles têm de estar na escola com recurso federal e aí, nesse caso específico, dá para misturar, ou seja, é possível contratar vagas em creches privadas nos municípios que não têm vagas. Vamos terminar as creches inacabadas no Brasil, tem mais de duas mil escolas e creches inacabadas no Brasil.

E em relação ao ensino médio?

Estamos criando a Poupança Jovem. As pessoas não entenderam muito como é. Saiu um monte de meme, de historinha em relação a isso. Da mesma forma que nós pagamos lá atrás — na época de Fernando Henrique, pagamos para as famílias colocarem as crianças na escola, o chamado Bolsa Escola —, vamos pagar para ter os nossos jovens de volta ao ensino médio. Trinta e sete por cento do nosso jovem estão fora do ensino médio. Já aprovamos a nova reforma do ensino médio técnico, que dá autonomia para o aluno. Ele tem de estudar português e matemática, tem de ter disciplinas que são obrigatórias, mas depois escolhe o que quer fazer. ‘Ah, é responsabilidade do estado’. É, mas a União está na lei já. A União vai pagar R\$ 2 mil por aluno, por escola, para que ele implante a reforma do ensino médio técnico, ou seja, curso no período integral, preservando o jovem que trabalha, para que ele tenha duas portas de saída: ou vai para a universidade ou vai para um curso técnico profissionalizante. E aí vem a poupança jovem. Vamos pagar para o aluno depositar todo o ano desde o ensino fundamental. Quando ele terminar o 3º ano, pode levantar esse dinheiro, que dá, em média, R\$ 5 mil para que ele faça o que quiser. Vamos pagar para o aluno não desistir da escola.

De onde vão sair esses R\$ 5 mil?

A gente tem um número limitado de alunos que se formam. Então, como é um depósito que vai fazendo, o gasto do poder público vai crescendo ao longo dos oito anos. O Orçamento é de quase R\$ 5 trilhões, e estamos falando aí, no primeiro momento, de R\$ 3 bilhões, R\$ 4 bilhões. A gente está fazendo essa conta, o que não é nada em um país de orçamento secreto de R\$ 16 bilhões, de um cartão corporativo que o presidente da República tem e não se sabe o quanto gasta. Em uma viagem, gasta R\$ 300 mil, outro já gasta R\$ 500 mil. Educação não é custo, é investimento. É a única coisa para a qual não pode e não vai faltar dinheiro.

*Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa